



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**PREGÃO Nº 010/2020**  
**(Processo Administrativo n.º 23086.005599/2020-22)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de veículos zero quilômetro conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
1	Micro-ônibus tipo escolar	1791	unidade	01	R\$ 363.666,66	R\$ 363.666,66
2	Cavalo Mecânico especial para reboque trailer com a finalidade de funcionamento de Unidade Médico-odontológica	2160	unidade	02	R\$ 371.600,00	R\$ 743.200,00
3	Veículo especial tipo Semirreboque, novo, ano/modelo 2020, com baú de 15 metros, adaptado para uma "Unidade Móvel Médica - Odontológica", com instalações, mobiliários, e equipamentos necessários para atendimento ao público.	150965	unidade	02	R\$ 775.833,33	R\$ 1.551.666,67
<b>Valor TOTAL estimado: R\$ 2.658.533,33</b>						

1.2. Demais informações e especificações técnicas relativas aos itens mencionados no quadro acima estão detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Essas aquisições se justificam para atender o **programa Universidade nas Comunidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)**. Este programa é uma ação extensionista coordenada pela equipe da Pró-Reitoria Extensão e Cultura (PROEXC) com o objetivo de interagir com as comunidades em geral e promover impacto e transformação social, no território de abrangência da UFVJM numa forma mais prática e participativa, com a perspectiva de promover a circularidade dos conhecimentos materializados na extensão, com interfaces com o ensino e a pesquisa, que expressem o diálogo contemporâneo do conhecimento acadêmico com os conhecimentos e necessidades dos municípios, cidades, bairros, distritos e coletivos populacionais tanto no espaço urbano quanto no campo.

2.2. O **programa Universidade nas Comunidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)**, será constituído pela interação da UFVJM junto às comunidades de sua fronteira administrativa e pedagógica com ações extensionistas revestidas em projetos, cursos, ações, eventos e prestações de serviços, os quais serão capilarmente desenvolvidos tendo por Eixo Norteador: Extensão da UFVJM com impacto e transformação social, com seus quatro subeixos compostos por 1- Áreas Temáticas; 2 – Territórios; 3 – Grupos Populacionais e 4 - Proteção, preservação e desenvolvimento.

2.3. O período de atuação será do primeiro semestre de 2021 até o 2º. semestre de 2023. A PROEXC, proponente e coordenadora do **O programa Universidade nas Comunidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)**, em conjunto com as demais Pró-Reitorias da UFVJM instalará à Comissão Executiva desse Programa para gestão política, administrativa, financeira e avaliadora no cumprimento das metas e ações no percurso dos próximos e quatro anos (2020-2023).

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os bens objeto da presente contratação são classificados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos no item 1. **DO OBJETO**, por meio de especificações usuais no mercado.

**4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 dias corridos, contados do(a) transmissão nota de empenho ao licitante, em remessa única, no seguinte endereço: **Campus JK** - Diamantina/MG Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5.000 Alto da Jacuba.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Deverão ser atendidos os seguintes requisitos para a qualificação técnica:

5.1.1. Comprovação de aptidão para efetuar o fornecimento compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, através da apresentação de atestado(s) de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deverá (ão) conter:

- a) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone);
- b) Local e data de emissão;
- c) Nome, cargo e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
- d) Indicação do fornecimento, cumprimento de prazos e demais condições de fornecimento;

5.1.2. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos attestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades;

5.1.3. Apresentar o CAT – Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito correspondente à marca e modelo do veículo, em nome do licitante, de acordo com a resolução 291 do CONTRAN de 2008;

5.1.4. Apresentar CCT – Comprovante de Capacitação Técnica, correspondente a marca e modelo do veículo ofertado, emitido pelo DENATRAN, de acordo com a resolução 291 do CONTRAN de 2008, referente ao objeto ofertado em nome da licitante; Ou ainda, apresentar Certificado ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade, conforme instrução da Portaria de nº 190 de DENATRAN, em seu art. 2º, §6º. De acordo com o §7º do art. 2º, a comprovação da titularidade do sistema de gestão será feita mediante apresentação do competente certificado, devendo ser atualizada no prazo de validade do respectivo certificado.

5.1.5. Informar na proposta de preço a marca e modelo do veículo e dos equipamentos e, anexar catálogos para análise técnica da Comissão.

5.1.6. Aplica-se ao item 03 (veículo especial tipo Semirreboque):

5.1.7. Apresentar projeto construtivo, no mínimo em folha tamanho A3, considerando planta baixa, cortes, iluminação e layout de interiores. Maquete 3D, com no mínimo 4 vistas externas e 4 vistas internas por ambiente, deverá ser impressa e entregue para análise do departamento técnico.

5.1.8. Comprovar que possui engenheiro mecânico responsável registrado no CREA.

5.1.9. Comprovar que possui engenheiro eletricitista responsável registrado no CREA.

5.1.10. Comprovar vínculo do licitante com o engenheiro responsável. A comprovação poderá ser feita por meio dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada, ou
- b) Contrato social atualizado comprovando a participação do profissional na sociedade, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

5.1.11. Apresentar Certidão de registro da pessoa jurídica e de seus Responsáveis Técnicos (engenheiro mecânico e engenheiro eletricitista) no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e Comprovação do vínculo dos Responsáveis Técnicos, em nome da licitante.

5.1.12. Licença ambiental da empresa licitante, expedida pelo órgão ambiental competente a exemplo: IMA/IBAMA.

5.1.13. A empresa licitante deverá comprovar que possui registro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

5.1.14. Deverá ser apresentado laudo de garantia da qualidade de estanqueidade com testes realizados nas etapas de produção, comprovando capacidade e garantindo o processo;

**6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. No caso de descumprimento, o licitante será notificado extrajudicialmente, pelas vias administrativas, para que em 72 (setenta e duas) horas, contados da data do recebimento da notificação, faça a entrega do material ou venha apresentar justificativa de impossibilidade de cumprir o compromisso contratual. Em ambos os casos, fica desde já estabelecido que a UFVJM, poderá, a seu critério, cancelar a Nota de Empenho e convocar o segundo colocado, sem, entretanto, declinar do seu direito de promover o devido processo administrativo visando aplicação das sanções cabíveis e cobrança administrativa, na forma da Lei 8.666/93: multa, registro de inadimplência no SICAF e, se necessário, promover cobrança judicial e apuração das perdas e danos na forma da lei.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 10.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

- 11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left( \frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Geral IPCA/IBGE de reajustamento de preços divulgado ao nível de Brasil exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 13. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

13.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 60 (Sessenta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

13.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

13.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

13.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 1.% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. multa compensatória de 20.% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. *O custo estimado da contratação é de R\$ R\$ 2.658.533,33*

15.2. Os recursos orçamentários, serão advindos da Pró-Reitoria de Extensão de Cultura - PROEXC, ficando sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) a juntada da certidão de disponibilidade orçamentária nos autos do processo administrativo.

Município de Diamantina, de maio de 2020.

Marcus Vinicius Carvalho Guelpeli  
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

## ANEXO I - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

### ITEM 01: MICRO-ÔNIBUS

#### 1 CONDIÇÕES GERAIS

- Veículo com capacidade de 29 passageiros ou superior;
- Veículo novo, zero Km, com ano/modelo no mínimo correspondente à data da emissão da nota fiscal e da linha de produção comercial, fabricação nacional ou no MERCOSUL (Deliberação nº 64/2008 – CONTRAN).

#### 1.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

##### 1.2.1. CHASSI:

- Comprimento mínimo de ; 9.000mm
- Entre - eixos mínimos de ; 4.800mm
- PTB Técnico de no mínimo ; 9.400mm

##### 1.2.2. MOTORIZAÇÃO:

- Injeção Eletrônica
- Combustível: Diesel
- 4 cilindros com potência mínima de 150 Cv;
- Torque mínimo: 580Nm de 1200 a 1600rpm

##### 1.2.3. DIREÇÃO:

- Hidráulica ou elétrica.

##### 1.2.4. SISTEMA ELÉTRICO:

- Sistema 24V;
- Tensão/Corrente 12V / 100ah (02) unidades
- Alternador e cabeamento compatíveis com o sistema;
- Iluminação DRL;
- Conjunto de faróis e iluminação traseira em LED;
- Faróis de Neblina.

##### 1.2.5. SISTEMA DE FREIOS:

- Pneumático 2 circuitos, tambor na dianteira e na traseira – Secador de Ar
- Freio de estacionamento pneumático com atuação na traseira

##### 1.2.6. TACÓGRAFO

- Tipo Eletrônico, 1 dia, disco de papel

##### 1.2.7. TANQUE DE COMBUSTÍVEL

- Mínimo 100L

##### 1.2.8. RODAS

- 6,00 X 17,5

##### 1.2.9. PNEU

- DIMENSÃO 215/75R 17,5

##### 1.2.10. LARGURA EXTERNA

- MÍNIMO 2.360MM

##### 1.2.6. APRESENTAÇÃO:

Prisma na cor branca sólida e grafismo deverá ser aplicado pela empresa contratada de acordo com o padrão adotado pela Instituição e será composto pela pintura, a ser aplicada sobre o veículo e pelos adesivos identificadores. O “layout” final das adesivações será fornecido “a posteriori” e discutido no momento da execução no protótipo.

#### 1.3. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS, ACESSÓRIOS E ITENS ADICIONAIS

- Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN e EURO V;
- Ar condicionado original de fábrica ;

### ITEM 02: CAVALO MECÂNICO

**1 CONDIÇÕES GERAIS**

- Veículo automotor tipo ônibus 4x2, tipo executivo;
- Veículo novo, zero Km, com ano/modelo no mínimo correspondente à data da emissão da nota fiscal e da linha de produção comercial, fabricação nacional ou no MERCOSUL.

**1.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS****1.2.1. MOTOR:**

- Nº de cilindros / Cilindrada (cm³): Mínimo 6 / 8.900;
- Potência líq. máx. - cv (kW) @ rpm (\*): Mínimo (246) @ 2.100;
- Torque líq. máx. - Nm @ rpm (\*): Mínimo 1.450 @ 1.000 - 1.500;
- Tecnologia de emissões: SCR;
- Norma de emissões: PROCONVE P - 7

**1.2.2. TRANSMISSÃO:**

- Tipo / Acionamento: Manual / à cabo - Automatizada / Eletrônico;
- Nº de marchas: 16 à frente (sincronizadas) e 2 à ré - 16 à frente e 2 a ré;
- Tração: 4 X 2.

**1.2.3. EMBREAGEM:**

- Tipo: Monodisco a seco, revestimento orgânico;
- Diâmetro do disco (mm): 430.

**1.2.4. FREIO:**

- Freio de serviço:Ar, tambor nas rodas dianteiras e traseiras com ABS + EBD + ATC;
- Freio de estacionamento: Câmara de molas acumuladoras.

**1.2.5. SISTEMA ELÉTRICO:**

- Tensão nominal: 24 V;
- Bateria: 2 x (12V - 135Ah) / Opcional: 2 x (12V - 170Ah);
- Alternador: 80 A - 28 V.

**1.2.6. DIMENSÕES:**

- Distância entre-eixos:3.560.

**1.2.7. PESO(KG):**

- Capacidade técnica (total): 17.100;
- Eixo dianteiro: 6.100;
- Eixo traseiro: 11.000;
- Peso Bruto Total (PBT) - homologado: 16.000;
- Peso Bruto Total Combinado (PBTC) - homologado: 45.000;
- Capacidade Máxima de Tração (CMT):45.000.

**1.3. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS, ACESSÓRIOS E ITENS ADICIONAIS**

- Cabina com leito;
- Pneus 295/80R22.5;
- Freio de estacionamento = câmara acumuladora acionada pneumáticamente;
- Freio auxiliar = convencional + top brake;
- Ar-Condicionado.

**1.4. APRESENTAÇÃO:**

Prisma na cor branca sólida e grafismo deverá ser aplicado pela empresa contratada de acordo com o padrão adotado pela Instituição e será composto pela pintura, a ser aplicada sobre o veículo e pelos adesivos identificadores. O “layout” final das adesivações será fornecido “a posteriori” e discutido no momento da execução no protótipo.

**ITEM 03: SEMIRREBOQUE**

Veículo Especial Tipo Especial/Reboque Trailer Carroceria Baú com Ambientes Banheiro, Sala Odontológica I, Sala Odontológica II, Sala Médica I, Sala Médica II com adaptação e qualificação técnica.

**1. BASE RODANTE****1.1. Estrutura da base rodante**

Os materiais adotados para servir como base rodante aplicados nas longarinas, travessas passantes, perfil de fechamento no contorno, para-choques, mesa e pino rei, deverão ser compatíveis com a capacidade de carga prevista para carretas com dois eixos (carga de até 10.000 kg cada), de acordo com as normas do CONTRAN, ABNT e padrões da indústria automobilística. O formato dos perfis das longarinas, bem como das travessas de apoio, serão conforme o padrão adotado pelo fabricante (“I”, “U”, “C”, etc.), em aço estrutural, conforme normas ASTM, ABNT. Para confecção das travessas de apoio, mãos francesas, perfil de contorno, saias e traseiras, para-lamas tipo concha e para-choques recomenda-se utilização de aço estrutural laminado, dobrado a frio. A base, em toda sua extensão possuirá chapa de aço de 2 (dois) mm soldada à mesma, para permitir a melhor fixação de materiais e equipamentos do semireboque.

**1.2. Mesa e Pino Rei**

A Mesa do Pino Rei deverá ser confeccionada em aço estrutural, conforme norma ABNT, ou ASTM, com espessura mínima de 08mm. O pino rei deverá ser executado em aço cromo níquel, forjado, tratado termicamente, dimensionado para as cargas do conjunto, conforme normas ABNT ou ASTM, preso à mesa por parafusos de alta resistência.

**1.3. Suportes verticais (pés de apoio do semirreboque)**

1. O semirreboque deverá possuir 02 (dois) pés de apoio, conjugados, do tipo sapatas de nivelamento, instalados na parte frontal, que podem ser acionadas por eixo-manivela, com movimentação simultânea, que se prestam a estabilização mecânica do veículo, quando o mesmo encontrar-se parado em atendimento, minimizando o balanço da unidade;
2. Na parte traseira, 02 (dois) pés de apoio, do tipo sapatas de nivelamento, que podem ser acionadas individualmente por eixo-manivela, que se prestam a estabilização mecânica do veículo, quando o mesmo encontra parado em atendimento, minimizando o balanço da unidade;
3. A altura do conjunto deverá ficar distante do solo, no mínimo, no mesmo distanciamento entre o solo e o ponto mais externo do para-choque traseiro, evitando-se colisões dos mesmos contra o solo quando de passagem por depressões no piso.

**1.4. Para lama tipo “Concha”**

Sobre os pneus, constituído em material ABS, fixado a estrutura e ficando totalmente integrado a estrutura do baú.

**1.5. Sistema elétrico do semireboque**

Sistema de sinalização de trânsito conforme normas ABNT/CNT, inclusive com lanternas na parte alta do semirreboque/baú, iluminação da licença traseira, luz de freio, luzes indicadoras de direção, dispositivos refletivos (olhos de gato) e faixas refletivas. Duas tomadas de luz (redonda e retangular) sete vias. Tensão 24 VCC. Lâmpadas instaladas em soquetes de borracha, interligados à fiação.

Cabos protegidos por tubos de plástico. Circuito elétrico com aterramento no próprio chicote elétrico.

**1.6. Eixos, Cubos, Rodas, Freios e Pneus.****1.1.Eixos**

Dois eixos, secção tubular cilíndrica ou quadrada, com pontas paralelas que permitam a intercambiabilidade dos rolamentos internos e externos.

**1.2.Cubos de Rodas**

Lisos, de ferro fundido nodular, adequados para montagem de rodas de aço ou alumínio, rodagem disco.

**1.3.Deverá estar Conjunto roda e pneus**

equipado com todos os dispositivos e materiais necessários para funcionamento do sistema, para os oito conjuntos de rodas e pneus do material rodante, que deverão estar prontos para serem interligados ao conjunto propulsor (cavalo mecânico).

**1.3.1Rodas**

Novas, sem uso anterior, em número de 09 (nove) unidades, de aço, forjadas, adequadas para pneus radiais sem câmara, medidas 8,25 x 22,5 polegadas, próprias para pneus sem câmara; Sendo 01 (um) sobressalente (estepe).

**1.3.2.Pneus**

Novos, sem uso anterior, radiais, sem câmara, medidas 295/80R X 22,5 polegadas, em número de 09 (nove) unidades, classe B, ressulcáveis.

**1.3.3.Tambor de freio**

Fundidos de liga antifricção, para freios de 16 ½ polegadas x 8 polegadas.

**1.3.4.Sistema de freio**

Sistema “S” came “spring brake” (a ar comprimido), equipados conforme resolução 777/93 do CONTRAN, com duas linhas independentes de tubulações de nylon, para serviço e emergência, com válvula “relay”, tanque reservatório e engates de mangueira até “mão de amigo” para o cavalo mecânico. Alimentação de ar comprimido inclusive para a suspensão pneumática. Os terminais deverão ser usinados em cobre.



### 1.7. Suspensão

A suspensão será tipo pneumático, para os dois eixos, com módulos independentes para cada eixo.

Própria para absorção de vibrações através de molas pneumáticas e amortecedores, com molas pneumáticas interligadas para equalização de carga com válvulas de nível automáticas, de modo a manter a altura do chassi constante, nivelando o produto e impedindo a inclinação do veículo em curvas.

### 1.8. Sistema de para-choque traseiro

Em perfis estruturais e chapas de aço laminado tratado contra ferrugem; do tipo escamoteável homologado; pintura em cor preta e posterior aplicação de faixa refletiva (vermelha e branca) conforme norma do CONTRAN.

### 1.9. Piso Estrutural

O piso será constituído de chapa de aço soldada à base rodante, tratada contra ferrugem e pintada em ambas as faces, espessura de 02 (dois) mm, soldada em toda área da base rodante.

## 2. CARROCERIA / BAÚ

1. · Comprimento total: 15,00m;
2. · Largura externa: 2,60 m;
3. · Altura de Baú: 4,2 m (do chão ao teto).

### 2.1. Perfis Estruturais das laterais e do teto do baú

Em perfis fabricados em aço galvanizado tipo “cartola” ou “ômega”, com alma de 31 mm, dispostos simetricamente nas laterais e teto. Na parede frontal as colunas serão reforçadas com perfis de aço carbono para sustentação dos suportes dos aparelhos condicionadores do ar. Os perfis utilizados deverão resistir a cargas pontuais (concentradas e estáticas), tanto para as laterais, quanto para o teto.

### 2.2. Revestimento externo das paredes e teto do baú

Revestimento externo do baú será em chapas lisas de liga de alumínio, de espessura mínima de 01 (um) mm, tanto para as paredes laterais quanto para as paredes frontal e traseira, fixadas aos perfis estruturais por rebites e/ou coladas.

O teto do baú será em chapa lisa, de liga de alumínio de no mínimo 0,8 mm de espessura, fixadas por rebites ou coladas. O acabamento será com calhas laterais tipo pingadeira “J”, que facilita o escoamento da água. Todas as junções serão impermeabilizadas com material a base de PU com acabamento em manta asfáltica, garantindo a total estanqueidade contra água e poeira, em qualquer condição de uso.

Para garantia da qualidade de estanqueidade testes são realizados nas etapas de produção, utilizando equipamento e processo desenvolvido com essa finalidade.

Pintura externa das partes metálicas em PU na cor branca; instalação elétrica da carroceria conforme normas do CNT (Adequação na posição das lanternas traseiras); adesivos refletivos, conforme deliberação 27 de 18/04/2001 do Denatran;

## 3. ADEQUAÇÕES EXTERNAS

### 3.1. Bagageiros

Os bagageiros localizados nas laterais do veículo, do tipo passante, serão totalmente integrados ao chassi e baú, confeccionados em perfis de aço carbono soldados ao chassi e travessas. As portas de acesso terão estrutura em perfis de alumínio com fechamento em chapa lisa alumínio, articuladas por dobradiça e travamento por fechaduras em aço inoxidável com chaves. A vedação será em borracha de contato que garantirá a completa vedação contra água e poeira. O piso será em chapa de aço galvanizada de 0,9 mm, a sua parte interna será revestida com chapa de compensado naval de 15 mm de espessura. Toda a estrutura receberá tratamento anticorrosivo e as partes externas receberão acabamento igual ao aplicado ao baú.

Instalação de 01 (um) Compressor Odontológico totalmente isentos de óleo, com reservatório de 38 litros (mínimo).

### 3.2. Cobertura Externa (toldo)

Cobertura tipo toldo, confeccionado em lona vinílica de alta resistência, fixado externamente na lateral ou teto do baú, sobre a porta de acesso.

### 3.3. Portas de acesso

A porta deverá ser montada, após adaptação, na face da lateral do baú (conforme layout), em um vão livre de 2100 x 1000 mm. A porta será provida em sua face externa, de fechadura com puxador embutido, em aço inoxidável, com chaves. A porta fechará por encosto em batente, sobre perfil de borracha, tipo automotivo, que vede a mesma quanto à infiltração de agentes externos nas condições estática e dinâmica do veículo.

Fornecimento de 01 (uma) escada de acesso removível, fabricada em perfis de aço carbono com degraus em chapa de alumínio antiderrapante. Para segurança dos usuários será fornecido um par de corrimãos, desmontáveis, fabricados em tubos de aço inoxidável.

## 4. ADEQUAÇÕES INTERNAS - COMPOSIÇÃO DOS AMBIENTES

### 4.1. Banheiro

1. · 01 (um) gabinete, confeccionado em MDF, com cuba e torneira, conforme layout;
2. · 01 (um) kit display contendo papeladeira e saboneteira e álcool gel;
3. · 01 (um) vaso sanitário;

### 4.2. Sala Odontológica I

Ambiente climatizado contendo:

1. 01 (um) conjunto modular, confeccionado em MDF, com lavatório dotado de cuba de aço inox AISI 304, torneira do tipo bica com acionamento através de pedal elétrico e válvulas solenoides (para evitar contaminação cruzada);

2. 01 (uma) Autoclave, com câmara em aço inox, capacidade de 12 Litros. Válvula antivácuo, selo de segurança; painel de controle com leds e botões indicativos das funções, manômetro com escalas de pressão e temperatura, puxador com sistema de segurança para despressurizarão automática; bandejas com suporte em aço inoxidável;
3. 01 (um) kit display contendo papelera e saboneteira e álcool gel;
4. 01 (um) aparelho de ar condicionado do tipo Split, ciclo frio de 9.000 btu's;

#### **01 (um) Consultório Odontológico compostos por:**

**Cadeira** - Totalmente automática base em aço maciço, sistema de elevação por moto redutor de rosca sem fim com volta à zero, movimentos de subida e descida do assento e encosto; Estofamento revestido em PVCRON laminado e sem costuras com cantos arredondados;

**Equipo** acoplado à cadeira, braço com movimento horizontal, sistema de ajuste de posição vertical através de anel e trava; Mangueiras lisas, sem ranhuras ou estrias, pedal progressivo; Reservatório de água translúcido e pressurização automática; Caixa de comando em poliestireno de alto impacto; composto por seringa triplice de bico giratório autoclavável; 01 (um) terminal triplo com spray para Alta Rotação e 01 (um) terminal triplo com spray para micromotor;

**Refletor** com luz branca e fria, intensidade ajustável gradativamente até 20.000 lux, através de botão localizado no pedal da cadeira; protetor frontal; Cabeçote com acabamento liso, giro livre de 620º; puxadores bilaterais; braço articulável, movimento horizontal e vertical; espelho multifacetado;

**Unidade de água (auxiliar)** - Estrutura construída em tubo de aço com tratamento anti-corrosivo; cuba removível, com ralo para retenção de sólidos; condutor de água constituído em aço inox, removível e esterilizável; dotado de um sugador para saliva e sangue, com sistema de válvula pneumático, com acionamento automático; filtro intermediário de fácil acesso para limpeza; saídas de ar comprimido e água pressurizada com sistema de engates rápidos de fácil conexão, permitindo utilização de aparelhos e periféricos. Tomada elétrica de 3 pinos;

**01 (um) Mocho** a gás com estofamento sem costuras, apoio lombar; assento ergonômico. Sistema de elevação mecânica com alavanca de fácil acionamento; Ajuste de aproximação do encosto por mecanismo de fácil acionamento;

#### **4.3.Sala Odontológica II**

Ambiente climatizado contendo:

1. 01 (um) conjunto modular, confeccionado em MDF, com lavatório dotado de cuba de aço inox AISI 304, torneira do tipo bica com acionamento através de pedal elétrico e válvulas solenoides (para evitar contaminação cruzada);
2. 01 (uma) Autoclave, com câmara em aço inox, capacidade de 12 Litros. Válvula antivácuo, selo de segurança; painel de controle com leds e botões indicativos das funções, manômetro com escalas de pressão e temperatura, puxador com sistema de segurança para despressurizarão automática; bandejas com suporte em aço inoxidável;
3. 01 (um) kit display contendo papelera e saboneteira e álcool gel;
4. 01 (um) aparelho de ar condicionado do tipo Split, ciclo frio de 9.000 btu's;

#### **01 (um) Consultório Odontológico compostos por:**

**Cadeira** - Totalmente automática base em aço maciço, sistema de elevação por moto redutor de rosca sem fim com volta à zero, movimentos de subida e descida do assento e encosto; Estofamento revestido em PVCRON laminado e sem costuras com cantos arredondados;

**Equipo** acoplado à cadeira, braço com movimento horizontal, sistema de ajuste de posição vertical através de anel e trava; Mangueiras lisas, sem ranhuras ou estrias, pedal progressivo; Reservatório de água translúcido e pressurização automática; Caixa de comando em poliestireno de alto impacto; composto por seringa triplice de bico giratório autoclavável; 01 (um) terminal triplo com spray para Alta Rotação e 01 (um) terminal triplo com spray para micromotor;

**Refletor** com luz branca e fria, intensidade ajustável gradativamente até 20.000 lux, através de botão localizado no pedal da cadeira; protetor frontal; Cabeçote com acabamento liso, giro livre de 620º; puxadores bilaterais; braço articulável, movimento horizontal e vertical; espelho multifacetado;

**Unidade de água (auxiliar)** - Estrutura construída em tubo de aço com tratamento anti-corrosivo; cuba removível, com ralo para retenção de sólidos; condutor de água constituído em aço inox, removível e esterilizável; dotado de um sugador para saliva e sangue, com sistema de válvula pneumático, com acionamento automático; filtro intermediário de fácil acesso para limpeza; saídas de ar comprimido e água pressurizada com sistema de engates rápidos de fácil conexão, permitindo

utilização de aparelhos e periféricos. Tomada elétrica de 3 pinos;

**01 (um) Mocho** a gás com estofamento sem costuras, apoio lombar; assento ergonômico. Sistema de elevação mecânica com alavanca de fácil acionamento; Ajuste de aproximação do encosto por mecanismo de fácil acionamento;

#### **4.4 Sala Médica I**

Ambiente climatizado contendo:

1. 01 (um) Conjunto mobiliário modular com gabinete, confeccionado em MDF, lavatório dotado de cuba de aço inox AISI 304, torneira do tipo bica com acionamento através de pedal elétrico e válvulas solenoides (para evitar contaminação cruzada);
2. 01 (um) conjunto mobiliário modular, confeccionado em MDF, com portas de abrir do tipo folha e prateleiras internas, sob a maca;
3. 01 (uma) maca fixa, para exames médicos (conforme layout), com estofamento em espuma
4. injetada e revestimento em corvin/corino sobre conjunto mobiliário;
5. 01 (uma) Escada, com 02 (dois) degraus revestidos com material antiderrapante no piso e estrutura tubular com acabamento em pintura eletrostática;
6. 01 (um) kit display contendo papelera e saboneteira e álcool gel;
7. 01 (um) aparelho de ar condicionado do tipo Split, ciclo frio de 9.000 btu's;
8. 01 (um) Trocador tipo cortina em tecido com suporte em aço tubular.

#### **4.5 Sala Médica II**

Ambiente climatizado contendo:

1. 01 (um) Conjunto mobiliário modular com gabinete, confeccionado em MDF, lavatório dotado de cuba de aço inox AISI 304, torneira do tipo bica com acionamento através de pedal elétrico e válvulas solenoides (para evitar contaminação cruzada);
2. 01 (um) conjunto mobiliário modular, confeccionado em MDF, com portas de abrir do tipo folha e prateleiras internas, sob a maca;
3. 01 (uma) maca fixa, para exames médicos (conforme layout), com estofamento em espuma injetada e revestimento em corvin/corino sobre conjunto mobiliário;
4. 01 (uma) Escada, com 02 (dois) degraus revestidos com material antiderrapante no piso e estrutura tubular com acabamento em pintura eletrostática;
5. 01 (um) kit display contendo papeleira e saboneteira e álcool gel;
6. 01 (um) aparelho de ar condicionado do tipo Split, ciclo frio de 9.000 btu's;

## 5. ADAPTAÇÕES TÉCNICAS

### 5.1.Paredes e teto:

As paredes e teto receberão Isolamento através de placas de poliestireno de média densidade, aplicadas na parte interna da unidade, entre a chapa de alumínio externa e o acabamento interno, garantindo o melhor conforto térmico e acústico. O revestimento será em MDF de 6 mm, melamínico texturizado na cor branca, fixado a estrutura do baú, com acabamento nas junções por perfis específicos e acabamento em PU, material vedante que garante maior vida útil da unidade.

#### 5.1.1.Piso:

Constituído de madeira compensada tipo naval, com 15 mm de espessura, resistente ação da água e fungos, preso por parafusos tipo francês com cabeça embutida, evitando ressalto que possam comprometer a qualidade. Deverá ser aplicado, sobre o contra piso (compensado naval), piso vinílico de alta resistência de fácil limpeza e assepsia;

As furações provenientes dos rebites ou parafusos de fixação do contra piso de madeira na estrutura metálica deverão ser totalmente preenchidas com massa rígida bi componente adequada, para não interferir a fixação do piso.

### 5.2.Distribuição elétrica:

#### · Quadro Geral de Entrada

Para permitir o monitoramento, acionamento e proteção elétrica da Unidade Móvel, foi projetado um quadro externo, tipo gabinete metálico, equipado com:

1. 1 tomada fêmea, tipo engate rápido STECK, para ligação no cabo de interligação;
2. 1 voltímetro com escala de 0 (zero) a 440 V, para permitir a leitura da tensão elétrica disponível no local, com chave seletora de fases;
3. 1 disjuntor de proteção geral tipo No Fuse;

A fixação deverá ser feita no corpo do bagageiro, em local a ser definido em projeto específico, de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

1. Todo o cabeamento, barramentos e disjuntores serão conforme NBR e ABNT. Serão divididos em quantos circuitos forem necessários e centralizados em um QDG (Quadro de Distribuição Geral). O quadro de entrada de energia será instalado no bagageiro para tensão de entrada 220volts;
2. A iluminação será por lâmpadas de LED e atenderá as normas de luminotécnica. Serão instaladas luzes de emergência com bateria própria na quantidade suficiente para atender as normas vigentes.
3. Serão instalados pontos de energia para os equipamentos e nas proximidades das mesas, no padrão vigente e nas normas específicas, com tensão 220 V, suficientes para a interligação com todos os aparelhos elétricos instalados no interior do veículo.
4. Os condutores serão em cobre ou alumínio isolados com camada de plástico, para no mínimo 700 V, com bitolas compatíveis com os projetos específicos.
5. Para a conexão com rede externa será fornecido extensão de 25 metros em cabo PP a ser dimensionado no projeto elétrico, com conectores industriais tipo Industrial/Steck. Na unidade será colocada tomada industrial compatível com o projeto elétrico para receber a conexão externa.

### 5.3.Climatização:

Serão utilizados para climatizar o ambiente interno, aparelhos condicionadores de ar do tipo Split, ciclo frio, disposto no interior da unidade, conforme layout, de maneira que garanta a temperatura homogênea em toda área.

### 5.4.Sistema de combate a incêndio:

Serão instalados 02 (dois) extintores de incêndio, 4kg, tipo pó químico seco ABC. Os extintores de uso múltiplo para as classes A, B e C utilizam Monofosfato de Amônia siliconizado como agente extintor. O agente pó ABC isola quimicamente os materiais combustíveis de classe A, derretendo e aderindo à superfície do material em combustão. Atua abafando e interrompendo a reação em cadeia de incêndios da classe B. Não é condutor de eletricidade. Devido à sua fácil operação e uso universal, os extintores ABC são indicados para proteção residencial e comercial, com aplicações para a indústria. Extintores portáteis leves, de fácil manuseio e alta eficiência, muito utilizados no combate a princípios de incêndio que requerem fácil deslocamento do equipamento para proporcionar a proteção de áreas pequenas e médias;

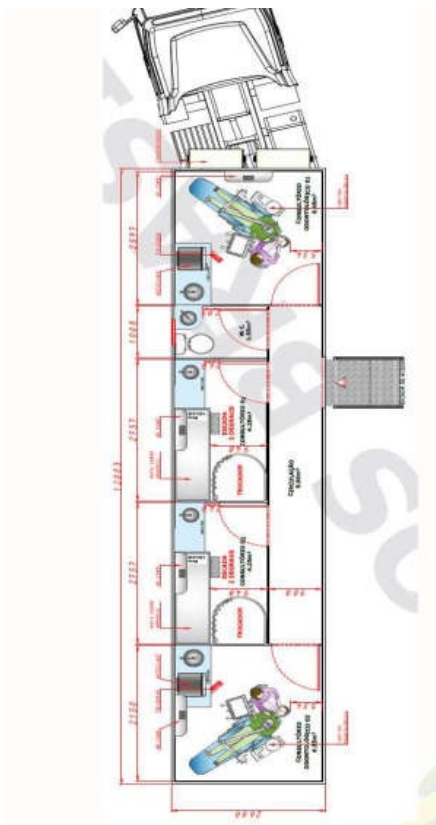
### 5.5.Mobiliários:

Confeccionados em MDF com revestimento melamínico interno e externo, com acabamento texturizado na cor branca, puxadores metálicos em barra, tipo gola. Todas as gavetas serão instaladas com corredeiras metálicas e mecanismo de travamento (evita abertura durante a locomoção);

### 5.6.Calafetação

As uniões e junções serão devidamente calafetadas com produto vedante flexível. Adesivo de um componente de poliuretano, de elasticidade permanente com cura acelerada que se polimeriza com a própria umidade do ar.

### 5.7.Layout Sugestivo



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Carvalho Guelpeli, Pro-Reitor(a)**, em 29/05/2020, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0096838** e o código CRC **DB0E4D51**.